



**ATA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DA FASE DE
HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020.**

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, as 9:00 horas, no Centro Administrativo Municipal, reuniram-se os membros integrantes da Comissão de Licitação do Município Gilberto Berticelli, Alexandre Antônio Vieira, e Genaro Mello Batista, e o Prefeito Municipal Rodrigo Jacoby Trindade, para procederem ao julgamento dos seguintes recursos, referente a fase de habilitação da Tomada de Preços nº 02/2020: 1) interposto pela Licitante Ecosul Coleta de Resíduos Ltda, que foi inabilitada na sessão de 16/04/2020, solicitando sua habilitação; 2) interposto pela Licitante Nascimento Serviços de Limpeza Ltda, solicitando a inabilitação das empresas JHD Coleta de Resíduos Eireli e Ecosul Coleta de Resíduos Ltda. As empresas Nascimento Serviços de Limpeza Ltda, Ecosul Coleta de Resíduos Ltda, e JHD Coleta de Resíduos Eireli, apresentaram contra razões. A Procuradoria Jurídica do Município emitiu Parecer em 07/05/2020 opinando pelo indeferimento dos dois recursos. A Comissão de Licitação adota na íntegra o Parecer Jurídico referido, não alterando a decisão do dia 16/04/2020. O Prefeito Municipal concorda com a Comissão, indeferindo ambos os recursos, mantida então inabilitada a Licitante Ecosul Coleta de Resíduos Ltda, e habilitadas as Licitantes Ede Jamir dos Santos, JHD Coleta de Resíduos Eireli, e Nascimento Serviços de Limpeza Ltda. E nada mais tendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, segue assinada pela Comissão de Licitação e pelo Prefeito Municipal.

Genaro MB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO

PROCURADORIA JURÍDICA
PARECER JURÍDICO

TOMADA DE PREÇO Nº 02/2020
PROCESSO Nº 06/2020

A empresa Ecosul - Coleta de Resíduos Ltda - EPP e a empresa Nascimento Serviços de Limpeza Ltda. apresentaram Recurso em vista da Sessão de Recebimento de Documentação e Propostas. Passa-se a análise dos referidos recursos.

1. DO RECURSO DA EMPRESA ECOSUL - COLETA DE RESÍDUOS LTDA - EPP

A empresa Ecosul interpõe Recurso em face da inabilitação quando do recebimento da documentação e proposta de licitação.

A sessão de Recebimento de Documentação e Propostas ocorreu em 16.04.2020, a Comissão de Licitação chegou à conclusão que a empresa não apresentou o balanço patrimonial de acordo com o item 3.4.1, alínea "c" do Edital, não estando autenticado e/ou registrado pela junta comercial.

Inicialmente se reconhece a tempestividade e o interesse da empresa sendo, pois, parte legítima para interpor o presente Recurso.

Quanto à inabilitação da empresa, em Recurso, esta não teve o condão de trazer elementos que evidenciassem que, de fato, teria obedecido ao disposto no edital quanto ao documento "balanço patrimonial".

No recurso apresentado, a empresa Ecosul juntou o documento autenticado, entretanto, pelo que se percebe tal documento foi protocolado no dia 16.04.2020 e autenticado em 20.04.2020, sendo que o último dia para o cadastro das empresas era em 13.04.2020, vedada a Comissão aceitar a inclusão posterior do documento, pois deveria constar originalmente da proposta, consoante artigo 43, § 3º da Lei 8.666/93.

A recorrente não atendeu a exigência editalícia referentemente ao balanço patrimonial autenticado, pois entregue intempestivamente junto ao Recurso.

Ressalte-se que é certo que a licitação destina-se a assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, art. 3º, Lei nº 8.666/93,

[Handwritten signature]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORMAÇO

entretanto, tal há de se dar em resguardo ao princípio da legalidade, assim como ao da vinculação ao instrumento convocatório, como decorre do referido dispositivo legal.

Diante de todo o exposto OPINO pelo indeferimento do Recurso da empresa Ecosul.

2. RECURSO DA EMPRESA NASCIMENTO SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA.

A empresa Nascimento interpõe Recurso em que alega que as empresas JHD Coleta de Resíduos Eireli e Ecosul Coleta de Resíduos Ltda - EPP teriam violado a Lei 8.666/1993 em vista de suposta quebra de sigilo de proposta por possuírem o mesmo responsável técnico.

Inicialmente se reconhece a tempestividade e o interesse da empresa sendo, pois, parte legítima para interpor o presente Recurso.

Ressalte-se que não há vedação legal ou editalícia quanto à participação do mesmo responsável técnico, notadamente quando inexiste qualquer vinculação entre as empresas.

O simples fato de duas empresas possuírem como responsável técnico a mesma engenheira química, no caso, Sra. Andressa Maria Senger, não revela, na hipótese, violação ao princípio da moralidade, tampouco prejuízo à competitividade, por violação ao sigilo das propostas. Notadamente, também não há nenhum vínculo objetivo ou concreto entre as licitantes.

Assim, inexiste lei, tampouco norma constante do edital, a impedir a designação de um mesmo engenheiro como responsável técnico de duas concorrentes no certame.

Diante de todo o exposto OPINO pelo indeferimento do Recurso da empresa Nascimento.

É o parecer, à consideração superior.

Mormaço - RS, 07 de maio de 2020.

BIBIANA SOUZA DA SILVA
Procuradora Jurídica
OAB/RS 77.023